

## ORIGENS COMUNS E MÚTUAS INFLUÊNCIAS – EDUCAÇÃO POPULAR E LEITURA POPULAR DA BÍBLIA

Zélia Cristina Pedrosa do Nascimento<sup>1</sup>

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN - zeliacebi@gmail.com*

**RESUMO:** O lugar da educação é onde ocorre a partilha dos saberes, o respeito ao outro e o crescimento coletivo mediatizados pela realidade. Fora da escola e de academia existe ação pedagógica em movimentos populares, associações, pastorais e coletivos que vivem a Educação Popular. Este artigo se propõe a fazer um resgate histórico sobre as origens comuns da Educação Popular e da Leitura popular da Bíblia. Destaco as relações íntimas entre Educação Popular, Teologia da Libertação e a Leitura Popular da Bíblia proposta pelo Centro de estudos Bíblicos - Cebi, nascidos de uma experiência de trabalho com o povo e animados pela mesma mística libertadora e que influenciaram o surgimento de grupos e movimentos, religiosos ou não, que guardaram a memória e colocaram em prática a proposta dos anos rebeldes. O referencial teórico que iluminou o olhar da pesquisadora conta principalmente com as ideias de Paulo Freire e de autores que discutem Educação Popular a Leitura Popular da Bíblia.

**Palavra chaves:** Educação Popular, Leitura Popular da Bíblia, Teologia da Libertação.

A pesquisa em educação, pelas suas características não se vale dos métodos científicos cartesianos mas utiliza, embora não exclusivamente, as abordagens qualitativas. Isto porque envolve diversos aspectos interligados e a relação entre eles, por abordar a complexidade do humano. No decorrer da minha pesquisa de mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – Uern, me propus a estudar o processo de educação popular vivido nos encontros de formação do Centro de Estudos Bíblicos - Cebi e como este favorece o desenvolvimento individual dos sujeitos envolvidos e a sua ação social. Enfocando ainda as relações deste processo com a Educação Popular na perspectiva de Paulo Freire.

Como a palavra Educação Popular é polissêmica e são diversas as modalidades de sua atuação e compreensão e considerando que o Cebi não é conhecido nos meios acadêmicos, com exceção das faculdades de Teologia, para compreender o tema há necessidade de esclarecer a nossa visão destas realidades e demonstrar as afinidades existentes desde o seu surgimento nos anos 60 a partir de uma aproximação e identificação com as classes populares que começavam a emergir para uma atuação social na realidade.

É certo que a educação popular já existia antes da década de 60. Carlos Rodrigues Brandão<sup>2</sup>, defende que nas sociedades primitivas os saberes eram compartilhados entre os

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – POSEDUC da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN - e-mail: zeliacebi@hotmail.com

integrantes do grupo sejam durante as rotinas de trabalho ou durante os ritos. As novas gerações aprendiam quem eram. A prática pedagógica estava imersa nas atividades sociais. Para ele está foi a primeira educação popular.

A sedentarização e o surgimento de agrupamentos maiores fez surgir a especialização de funções e os saberes restritos a grupos tais como curandeiros, artesãos, administração e defesa. Posteriormente o desenvolvimento da escrita e o saber científico geraram também o profissional especializado na educação. Assim o caminho do conhecimento nas civilizações humanas, ao contrário do que muitos pensam, partiu do popular para o erudito.

Na sociedade dividida em classes o saber especializado ficou restrito a uma elite com acesso a educação escolar. O povo partilhava apenas os saberes oriundos de sua prática social ou de determinados ofícios que capacitavam para o exercício de uma “profissão” as atividades profissionais ou artesanais.

No Brasil colônia, sociedade fechada, isolada e totalmente dependente da corte portuguesa, esta realidade era mais exacerbada e as possibilidades de educação muito limitadas. Na sua obra *Cultura Rebelde Escritos sobre a educação popular ontem e agora*, escrita em parceria com Raiane Assumpção, Carlos Brandão descreve assim a educação existente no Brasil Colônia:

Com exceções, o trabalho pedagógico escolar dirigido a índios, negros e brancos pobres foi restrito e provisório durante todo o período colonial. Com o tempo, um primeiro “sistema escolar” tomou no Brasil a forma usual da educação na sociedade colonizada: algumas missões com escolas para alguns grupos indígenas; algumas raras escolas de ordens religiosas dirigidas predominantemente a filhos e filhas de senhores da Coroa e homens ricos da cidade ou do campo; uma rede espontânea de pequenas escolas de primeiras letras, exercidas por professores leigos, muitos deles pouco mais do que “alfabetizados”, como costuma acontecer até hoje no interior do país. Mais tarde, raros centros “reais” de ensino profissionalizante, ao lado de conventos, mosteiros e seminários, foram durante muito tempo os únicos lugares de uma educação escolarizada acima da “elementar”.

Fora do domínio da educação escolar, havia a trama das muitas situações e práticas corporativas ou comunitárias, em que outros saberes se difundiam. Pequenas oficinas de trabalho urbano formavam, durante a prática do trabalho-ensino, futuros *artesãos* e *oficiais*, futuros *mestres* que ensinariam outros aprendizes a serem ourives, seleiros, ferreiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros, pintores ou músicos. (BRANDÃO, 2009, pag 13-14)

Sobre o mesmo período Vanilda Paiva afirma, de forma sintética, que “A educação popular colonial é praticamente inexistente” (PAIVA, 2015, 63).

---

<sup>2</sup> De acordo com a sua obra: O que é educação popular?

A situação só começa a mudar a partir de 1870 com uma incipiente industrialização do império gerando os movimentos de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. O primeiro pugnava pela extensão dos serviços da escola para diversas categorias e sujeitos dos setores populares, ante a necessidade dele ter conhecimentos técnicos para atuar na indústria. O segundo acreditava que a ausência de escolas e o analfabetismo da maioria da população era responsável pelo atraso do país. A educação resolveria tudo.

Temos aqui mais um conceito de educação popular, entendida como:

A educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto ela deve ser gratuita e universal. Outra concepção da educação popular seria aquela da educação destinada às chamadas “camadas populares” da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado, entre nós, como ensino “para desvalidos” (PAIVA, 2015, pag 56)

No Brasil a escola laica, pública e universal só começou no início do século XX devido a diversos fatores dentre eles a luta de políticos e educadores a imigração europeia e os interesses do empresariado industrial. Mas esta expansão era pensada abstraída da realidade social.

A mesma Vanilda Paiva, na obra já citada, se pronuncia sobre o tema afirmando que eles tinham como principal característica “a desvinculação entre o pensamento pedagógico no Brasil e a reflexão sobre o social, traço que até a década de 60 dominou de forma quase absoluta os nossos meios pedagógicos, e que ainda hoje pode ser encontrada nos meios educacionais brasileiros” (Paiva, 2015, pag 41). Estamos vendo que os defensores da Escola sem Partido não trazem novidades, mas requeentam ideias antigas.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, diversos fatores da conjuntura nacional e da América Latina possibilitaram a emergência das camadas populares e a ruptura com experiências anteriores surgimento de uma nova concepção de educação popular que valorizou a cultura e a fala das massas excluídas dos benefícios da modernidade.

Usando um termo cunhado por Germano Coelho<sup>3</sup> havia também um grande “universo de ideias” e experiências de questionamento do capitalismo que vicejaram no Brasil contagiando estudantes e intelectuais. Germano Coelho cita por exemplo Jacques Maritan, Emmanuell Mounier, Franz Fanon, Celso Furtado sem esquecer a reflexão de Marx e a tensão entre o ocidente e a União Soviética.

---

<sup>3</sup> Presidente do Movimento de Cultura Popular (1961-1964), relatou as origens do Movimento de cultura popular no Recife no Texto “Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular”, que integra o livro Paulo Freire: Educação e Transformação Social publicado pela Editora Universitária do UFPE.

Era a época do nacionalismo desenvolvimentista que prometia o progresso com remédio para os males Nacionais. Retrata muito bem este clima o célebre lema de Juscelino Kubitschek “cinquenta anos em cinco”. No seu governo acontece, em julho de 1958 o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos com delegações de todo o país. Paulo Freire integra a representação de Pernambuco. O surgimento de novas lideranças que contestavam as elites tradicional agrária gerando rupturas no sistema. De modo particular no nordeste ameaçando a hegemonia dos coronéis.

Germano Coelho defende que o método Paulo Freire nasceu no Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife criado em 1960 na gestão do Prefeito Miguel Arraes originalmente como um plano de extensão da formação escolar para crianças e adolescentes carentes da Cidade. Paulo Freire foi um dos fundadores do MCP.

Neste trecho Germano expõe sua versão a partir da experiência que ele mesmo vive e invocando a autoridade de Moacir Gadotti.

José Mariano Carneiro da Cunha foi um dos líderes da campanha da abolição da escravatura. De Casa Forte, do Poço da Panela, ele assegurava a fuga dos escravos pelo rio Capibaribe. Na sua casa, o MCP fundou o Centro de Cultura Dona Olegarinha, em cujo "círculo de cultura" nasceu o método Paulo Freire. Por isso, Moacir Gadotti, na grande obra coletiva "Paulo Freire, uma biobibliografia", diz textualmente: "O método de alfabetização de Paulo Freire nasceu no interior do MCP - Movimento de Cultura Popular - do Recife que, no início da década de 60, criara os chamados círculos de cultura. Segundo o próprio Paulo Freire, os círculos de cultura não tinham uma programação feita a priori. A programação vinha de uma consulta aos grupos que estabeleciam os temas a serem debatidos. Cabia aos educadores tratar a temática que o grupo propunha. Mas era possível acrescentar à sugestão deles o que, na "Pedagogia do oprimido", Paulo Freire chamava temas de dobradiça, assuntos que se inseriam como fundamentais no corpo inteiro da temática, para melhor esclarecer ou iluminar a temática sugerida pelo grupo popular." Gadotti acrescenta: "os resultados obtidos nesse trabalho com grupos populares no MCP levaram Paulo Freire a propor a mesma metodologia para a alfabetização. Se é possível fazer isso, alcançar esse nível de discussão com grupos populares, independentemente de eles serem ou não alfabetizados, por que não fazer o mesmo numa experiência de alfabetização? Perguntava-se Paulo Freire. Por que não engajar criticamente os alfabetizando na montagem de seu sistema de sinais gráficos enquanto sujeitos dessa montagem e não enquanto objetos dela?" (COELHO, 2002)

Em 1962, Paulo Freire cria o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, com o objetivo de fomentar a educação e a cultura popular e promover políticas de extensão universitária. Seguem-se as experiências de educação de adultos do Rio Grande do Norte, em Angicos e Natal. Na Paraíba no ano de 1963 a Campanha de Educação Popular

também trabalha com o chamado “Método Paulo Freire”, os líderes da Campanha foram orientados pela SEC.

Com o sucesso destas iniciativas e a eleição de Miguel Arraes para o Governo de Pernambuco e de João Goulart na presidência da República, o Sistema de alfabetização de adultos através dos Círculos de Cultura foi estendido a todo o país. Na introdução do Livro Educação como prática para a Liberdade, Francisco Weffort resgata o alcance desta proposta.

Assim, entre junho de 1963 e março de 1964, desenvolveram-se cursos de capacitação de coordenadores em quase todas as capitais dos estados (somente no Estado da Guanabara inscreveram-se quase 6.000 pessoas; houve também cursos nos Estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Sul, atingindo a vários milhares de pessoas). O plano de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos que já se encontravam capacitados para atender, durante este ano, a aproximadamente 2 milhões de alfabetizados (30 por círculo, com duração de 3 meses cada curso. Tinha início assim uma campanha de alfabetização em escala nacional que envolvia, nas primeiras etapas, os setores urbanos, e deveria estender-se imediatamente depois aos setores rurais. (WEFFORT, 1982, p. 11)

A história nos recorda que o golpe militar de 1964 destruiu toda esta proposta entendendo-a como subversiva e comunista. Paulo Freire foi preso e interrogado pela crime de ajudar o povo a dizer sua palavra. O pensamento crítico estimulado nos círculos de cultura de fato é perigoso pois questiona a versão oficial dos fatos e ajuda na organização da classe trabalhadora.

O corte da prática da educação libertadora não significou o seu fim, mas a sua transformação. Estava plantada uma semente que germinou em diversos grupos. Um deles, talvez o mais importante e de maior abrangência o da chamada Igreja da Libertação vivido nas Comunidades Eclesiais de Base e aprofundado pela Teologia da Libertação no Brasil e na América Latina.

Embora parte da hierarquia e da Igreja católica tenham apoiado o golpe de estado e ido as ruas contra a “ameaça do comunismo” e as reformas de base realizando a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 19 de março de 1964 na cidade de São Paulo, a resistência à ditadura e a propagação das ideias de libertação encontraram guarida no seio das Igrejas.

Ciente desta tensão Paulo Freire escreve em 1971 O papel educativo das Igrejas na América Latina”, que compõe os escritos reunidos no livro Ação Cultural para a Liberdade e também o livro “Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos” publicado em Portugal em 1978 destacando a necessidade delas optarem pela modernização para ser o refúgio do povo

mantendo a cultura do silêncio ou assumir o papel profético que o tempo exigia pois as igrejas não são entidades abstratas, mas instituições inseridas na história.

A eclosão da experiência progressista da tradição cristã não eclodiu de repente nos anos 60 mas tem seu fundamento em experiências já anteriores ao Concílio Vaticano II com comunidades de padres e religiosos que deixam a segurança de suas paróquias e conventos para se inserir na vida do povo seja residindo nas periferias, seja trabalhando em fábricas, seja participando de suas lutas.

Paulo Freire também bebeu desta fonte. Chegou a participar da Ação Católica. Nas suas ideias encontramos a influência de pensadores cristãos progressistas. As influências cristãs no pensamento de Paulo Freire são detalhadas por Danilo Streck no artigo: Paulo Freire: uma Leitura a partir da Educação Cristã<sup>4</sup>, enfocando desde os relatos autobiográficos de Freire sobre suas origens católicas e os motivos que a o levaram a se afastar e retornar para a Igreja, sua participação da Ação Católica e a citação de autores cristãos como Tristão de Athayde.

No livro Educação como Prática da Liberdade cita expressamente<sup>5</sup> a encíclica Mater et Magistra do papa João XXIII<sup>6</sup> quando critica o assistencialismo. A professora Hostina Nascimento, na nota 32 da sua tese de mestrado destaca:

Há uma linha de pensamento que aproxima os três momentos pedagógicos; a orientação católica de ver-julgar-agir, adotada no início do século passado pela Ação Católica e veiculada especialmente pelo Conselho Mundial das Igrejas; e o pensamento de Paulo Freire sobre a ação-reflexão-ação (NASCIMENTO, 2011)

Há uma colaboração entre a Educação Popular e a Teologia da Libertação que nascem do mesmo chão e da mesma experiência. Destaco ainda que no ano de 1968 aconteceu a Conferência de Medellin na qual a Igreja Católica da América Latina procura traduzir para sua realidade as propostas do Concílio Vaticano II e onde nasce a opção pelos pobres. No ano de 1971, dois anos depois da publicação da Pedagogia do Oprimido, o Teólogo Peruano Gustavo Gutierrez publica o livro Teologia da Libertação – Perspectivas, considerado o início da sistematização teórica da Teologia da Libertação.

---

<sup>4</sup> Publicado np v. 31, n. 3 (1991) da Revista Estudos Teológicos do Programa de pos Graduação em Teologia da Escola Superior de Teologia dos Luteranos, disponível em [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1009](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1009)

<sup>5</sup> Nota 19 do primeiro capítulo

<sup>6</sup> Publicada em maio de 1961 comemorando os 70 anos da encíclica Rerum Novarum de Leão XIII, marco inicial da chamada “Doutrina Social da Igreja”

Anos rebeldes e anos fecundos. As resistências aproximam os que lutam contra os totalitarismos e a favor da vida. Não se tratam de fatos isolados mas de um processo que depois de iniciado pode sofrer diversas transformações e passar por períodos de atividades e reflexões mais ou mesmo intensas, guardando porém a intuição e a inspiração original.

Clodovis Boff na apresentação do Livro: *Que fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*, escrito a partir dos diálogos entre Paulo Freire e Adriano Nogueira fala sobre a importância de Paulo Freire para o processo de libertação:

De fato, pode-se dizer verdadeiramente histórica a contribuição de Paulo Freire ao processo de libertação dos oprimidos, e não só no Brasil. Por certo muito do “novo” que hoje se mostra no variegado Movimento Popular, especificamente o “Novo Sindicalismo”, nas lutas de um “partido novo”, no surgimento de novas e originais associações e particularmente na “pastoral popular” da Igreja da libertação, não diríamos que se deve a Paulo Freire (como se a história fosse feita por individualidades, por mais geniais que sejam), mas encontra certamente nele uma das melhores expressões culturais e uma clara referência identificadora. (BOFF,2014 pag 26)

A educação é essencial ao processo de libertação ou imersão da pessoa que passa de organismo a sujeito, ela se dá na reflexão sobre a prática e não na aplicação de técnicas supostamente neutras desvinculadas da realidade. Paulo Freire defende que:

Estávamos, assim, tentando uma educação que nos parecia a de que precisávamos. Identificada com as condições de nossa realidade. Realmente instrumental, porque integrada ao nosso tempo e ao nosso espaço e levando o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito. (FREIRE, 1985 – Pag 106)

Se trata de uma postura diante da realidade popular que exige humildade, escuta, respeito e confiança sem abrir mão da criticidade. Que leva a problematização da realidade a partir do diálogo e questionamentos a partir das experiências compartilhadas. Implica também numa atitude amorosa e de solidariedade que vai além de um sentimento íntimo passando necessariamente pela comunhão de vida.

Cabe perguntar agora qual o papel da Leitura Popular da Bíblia, na forma entendida e praticada pelo Cebi, neste processo e qual seu vínculo com a educação popular e a Igreja na Base.

O biblista Carlos Mesters, um dos fundadores do Cebi, em entrevista concedida em 18 de dezembro de 2012 ao site do Instituto de Humanas da Unisinos<sup>7</sup> e intitulada “A individualização do sujeito e os desafios da leitura bíblica hoje” fala sobre o começo da instituição e suas raízes e inspirações:

<sup>7</sup> [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2251&secao=278](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2251&secao=278)

Como um ser humano que quando nasce já viveu nove meses, o Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos – CEBI já existia quando nasceu. Isso porque o povo já estava lendo a Bíblia em suas comunidades. As pessoas começaram a lê-la a partir do único livro que existe: a vida. Então, passam a entender a existência a partir da Escritura. Isso se dava na época da ditadura militar, com todo sofrimento que esse período produziu. Percebeu-se que a leitura da Bíblia era uma força muito grande. Havia um grupo de padres, leigos, homens, mulheres, católicos, metodistas e luteranos que se reuniam umas duas vezes ao ano e falavam que a leitura que o povo estava fazendo era importante. Contudo, percebiam que era preciso se articular mais para ajudar o povo. Era, então, o ano de 1979.

Conforme sua fala o Cebi nasce para articular, organizar e assessorar os grupos já presentes e atuantes nas comunidades de Base. Citamos por exemplo o Programa de Evangelização Encontro de Irmãos criado por Dom Helder Câmara em 25 de maio de 1969, logo após a sua chegada ao Recife e os círculos bíblicos estimulados pela arquidiocese de Belo Horizonte desde 1971 que depois foi estendido para todo o País pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nos encontros do mês da Bíblia, sempre em setembro.

Em artigo escrito como reflexão em preparação a quinta conferência do Episcopado Latino Americano (CELAM) que ocorreu de 13 a 31 de maio de 2007 na cidade de Aparecida no Brasil<sup>8</sup>, Francisco Orofino, presidente do Cebi Nacional nos anos de 2008 a 2013, admite a influência de Paulo Freire no compromisso político social dos cristãos e no método adotado pelo Cebi para fazer a Leitura Popular da Bíblia:

Na América Latina, nos anos 60 e 70, o compromisso político de muitos cristãos repercutiu e continua repercutindo profundamente na maneira de se ler e de se interpretar a Bíblia. Aqui temos que destacar o trabalho de educação popular desenvolvido por Paulo Freire.

O método usado nos Círculos Bíblicos, como que naturalmente, levava em conta, de um lado, a experiência adquirida nos grupos de Ação Católica com o seu método Ver-Julgar-Agir e os ensinamentos de Paulo Freire sobre a pedagogia do oprimido e, de outro lado, a tradição dos próprios evangelhos.

Como vemos o próprio Cebi se entende herdeiro da tradição da educação popular e das propostas de Paulo Freire, especialmente as expressas na Pedagogia do Oprimido. A influência e importância da Leitura Popular da Bíblia no surgimento e sustento das Cebis é enfatizada pelos historiadores e estudiosos da caminhada da Igreja na Base na América Latina. Leonardo Boff explicando como se estruturam e funcionam as Cebis diz: “Tudo começa com círculos bíblicos que se vão conquistando uma situação estável até formar a

---

<sup>8</sup> A recepção bíblico-pastoral das conferências episcopais na América Latina e a leitura popular da Bíblia, Disponível em

<https://www.google.com.br/search?q=leitura+popular+da+b%C3%ADblia+e+educa%C3%A7%C3%A3o+popular&ei=LRykWtm1KYiVwgTtpbwDw&start=10&sa=N&biw=1366&bih=613>

comunidade, geralmente constituída de 10 a 20 grupos de reflexão bíblica” (BOFF, 1986, pag 94).



## *Cultura Popular*

### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular? São Paulo: Brasiliense, 2006.

Brandão, Carlos Rodrigues Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora. Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Os cristãos e a libertação dos oprimidos. Lisboa. Edições Base, 1978.

FREIRE, Paulo. Pe do Oprimido. 8. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1980.

MESTERS, Carlos. Flor Sem Defesa: uma explicação da Bíblia a partir do povo. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.

MESTERS, Carlos Por trás das palavras: Um estudo sobre a porta de entrada no mundo da Bíblia. Petrópolis: Vozes, 1977.

MESTERS, Carlos. O uso da Bíblia nas comunidades cristãs de base. In: TORRES, Sérgio (Org.). A Igreja que surge da base: eclesiologia das comunidades cristãs de base. São Paulo: Paulinas, 1982.

NASCIMENTO, Hostina Maria Ferreira do. Círculo de ação-reflexão-ação: uma possibilidade para a prática pedagógica da formação problematizadora de professores. 212f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

PAIVA, Vanilda Pereira, 2015. Educação popular e educação de adultos. 7. ed. São Paulo: Loyola.